
SUZELEY KALIL MATHIAS
MARIA CECÍLIA OLIVEIRA ADÃO

I-

Em 26 de novembro de 2012, o Diário Oficial da União publicava a nomeação da primeira oficial superior das Forças Armadas: depois de 31 anos de seu ingresso na Marinha, a médica Dalva Maria Carvalho Mendes, chegava ao posto de contra-almirante. Certamente uma conquista pessoal e profissional a ser comemorada. No entanto, é preciso lembrar que como profissional da saúde, que entrou no quadro auxiliar da força, ela jamais poderá assumir um posto de alto comando. Se chegar a Almirante, muito pouco provável diante das vagas relativas, será imediatamente aposentada.

Mais importante que a ascensão da contra-almirante Dalva, e sequer lembrado pela mídia ou mesmo por setores especializados em estudos sobre forças armadas e defesa, foi a sanção da Lei 12.705, publicada em 08 de agosto de 2012. Esta realmente representa uma reforma importante para as forças armadas brasileiras, cujo impacto na política de defesa e militar do Estado ainda não **é possível** dimensionar. É que esta Lei introduz a igualdade de gênero no exército brasileiro, pois estabelece que todos os brasileiros, mulheres e homens, que cumprirem as exigências da Força, poderão fazer os exames para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na qual se formam os oficiais desta força nacional, historicamente a mais conservadora e a mais politizada relativamente às co-irmãs.¹

1 O Art. 7º da Lei 12.705/12 explicita que o ingresso das mulheres é irrestrito a todas as Armas: “O ingresso na linha militar bélica de ensino permitido a candidatos do sexo feminino deverá ser viabilizado em até 5 (cinco) anos a contar da data de publicação desta Lei.” A íntegra da Lei pode ser consultada em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12705.htm. Acesso realizado em 05/02/2013.

Esta breve introdução já é suficiente para oferecer uma idéia do tema deste trabalho. Seu objetivo é avaliar o estado atual da questão de gênero nas forças armadas brasileiras a partir de uma breve retrospectiva de seu desenvolvimento.² Por questões de espaço, dois temas importantes e correlatos não serão abordados. Trata-se da participação feminina nas forças de segurança e nas missões de pacificação da ONU.

No que se refere às forças de segurança, é importante lembrar que no Brasil, como em muitos outros países, a entrada de mulheres nas polícias militares precedeu sua incorporação às forças armadas em várias décadas. A pioneira nesse aspecto foi a Polícia Militar de São Paulo, que criou seu primeiro corpo feminino em 1955, com a entrada de 13 mulheres. Todavia, desde então e até os anos 1980, a elas eram reservadas funções consideradas menores, chegando no máximo ao policiamento ostensivo em escolas e garantindo a segurança em feiras livres. Hoje, entretanto, elas estão presentes em todas as instâncias, inclusive na ROTA – o controverso batalhão Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar –, temido por seu comportamento violento e muitas vezes ilegal. Ainda assim, embora já existam mulheres ocupando postos superiores, nenhuma foi escolhida para comandante da Polícia e o contingente feminino pode ser considerado bastante modesto: 10% do total da tropa.

Relativamente às operações de pacificação da ONU, importa lembrar o esforço desta organização pela igualdade de gênero. A despeito de sua própria dificuldade interna de estabelecer políticas de transversalidade, como em outras oportunidades expressamos,³ os dados apontam que muitas das mudanças

-
- 2 Neste artigo, o conceito de gênero é entendido como “a soma das características psicossociais consideradas apropriadas para cada grupo sexual”, e estereótipo de gênero como “a percepção da tipicidade do traço segundo o sexo”. D’AMORIM, Maria Alice. “Cognição social, estereótipo de gênero e sexismo”. Revista DADOS de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. v. 02, n.02, dez/1996, p.160. A autora considera que existe uma permanência do estereótipo de gênero ao longo das décadas, mas que, no entanto, no mesmo período, houve uma flexibilização constante quanto à *atitude*, sendo que esta é definida como as características consideradas desejáveis para cada sexo. Esta flexibilização explicaria a permanência da identificação da mulher com determinados traços e papéis tidos como inerentes, tais como a afetividade, dependência e a obediência, mas que, ao mesmo tempo, tornaria aceitável a atual ocupação de novos espaços profissionais, inclusive daqueles que eram tidos como exclusivamente masculinos.
 - 3 Estudo amplo a respeito foi realizado sob coordenação da *Red de Estúdios de Defesa* (RESDAL), cujos resultados parciais podem ser consultados em MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*. Ed. UNESP/FAPESP, 2009.

promovidas nos países, o Brasil entre eles, podem ser creditadas à Organização. É assim, por exemplo, que a adoção da Lei 12.705/12 pode ser encarada como resultado parcial da Resolução 1325/2000, que solicita aos países membros da organização uma série de iniciativas para promover maior participação de mulheres nas forças militares nacionais que são enviadas às zonas em conflito sob bandeira da ONU.⁴

As iniciativas da ONU instando os países a adotarem medidas para adensar a participação feminina na promoção da paz revelam que a guerra moderna jamais foi encarada como uma questão feminina. Ao contrário, e apesar das mulheres sempre terem participado de guerras, a cultura ocidental toma a sua presença como excepcional. Em países como o Brasil, soma-se outra questão que afasta ainda mais a mulher dos temas bélicos, que é o fato da defesa e segurança jamais terem ocupado a agenda de discussão da sociedade civil, sendo por isso desconsiderada da formulação de políticas públicas e assumida como parte do segredo de Estado. Trata-se, pois, de dois “não temas” que só muito recentemente e de forma parcimoniosa tem recebido alguma luz. Cabe, por isso, perguntar: como as mulheres chegaram aos quartéis?

Esta pergunta é respondida nos próximos parágrafos, que compõem a primeira parte do texto. Em seguida, oferece-se alguns elementos sobre a evolução desde a entrada das mulheres nas forças armadas nacionais até os anos mais recentes, avaliando paralelamente a discussão sobre igualdade de gênero. Finalmente, tecemos algumas considerações sobre o atual momento das mulheres na vida militar, tomando-as sob um duplo signo, o de profissional das armas e o de esposas e filhas de militares.

||-

Ao longo da segunda metade do século XX, as mulheres lograram alterar os rumos de seus destinos. Até o final da década de 1950, graças ao secular processo de divisão social do trabalho, as mulheres estiveram fadadas a ocupar apenas o espaço privado, ou seja, seus lares. Até então, as gerações femininas estiveram submetidas a um processo de socialização que as tornavam seres destinados à maternidade e ao cuidado da casa. Àquelas mulheres cabia uma

4 A Resolução do Conselho de Segurança da ONU pode ser encontrada em: <http://www.unhcr.org/refworld/docid/3b00f4672e.html>. Acesso em 07/02/2013.

vida exclusivamente destinada às lides domésticas e à dedicação ao marido e aos filhos.

No entanto, diante das contestações políticas e sociais empreendidas ao longo da década de 1960, tornou-se possível que as mulheres começassem a questionar o destino a elas reservado. É verdade que sempre houve resistência e contestação, com tantos exemplos que seria impossível mencionar. Chegou-se mesmo a tentativas de organizações coletivas, como o liderado por Olympe de Gouges que consubstanciou-se na Declaração dos Direitos das Mulheres, publicada na França em 1791. No entanto, nenhum desses movimentos chegou a ter expressão coletiva e menos ainda universal.

A tragédia da Segunda Grande Guerra e o impulso tecnológico que lhe seguiu foram a condição necessária para que as mulheres passassem a realizar mudanças comportamentais que lhes permitiram, paulatinamente, sair do âmbito privado e ocupar o espaço da rua, a esfera pública, que até então era tida como exclusivamente masculina. Desta feita, no final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, esta nova geração passou não só a ocupar o mercado de trabalho de maneira formal, mas também buscou a qualificação profissional por meio do ingresso nas universidades, mesmo que isto significasse atuar nas áreas ditas femininas, como as licenciaturas, por exemplo. Estas mudanças permitiram que nos anos seguintes as mulheres pudessem pleitear espaços e direitos semelhantes aos dos homens. Também possibilitaram que a expectativa em relação à atitude de gênero feminina fosse alterada, permitindo que as mulheres fossem socializadas desenvolvendo e valorizando outras características que não as imediatamente identificadas com o ser feminino doméstico.

A América Latina em geral e o Brasil em particular viveram as mudanças mencionadas paralelamente ao desenvolvimento de regimes burocrático-autoritários e depois as transições para governos democráticos. Ao longo desse processo, a militância política, tanto em partidos da ordem como em movimentos de oposição, incluindo os que optaram pela luta armada, foi um importante canal de participação para a mulher. Ainda que as discussões de gênero sequer se colocassem, subordinadas que estavam ao combate ao inimigo, nas muitas memórias a respeito é informado, quicá por contágio da revolução sexual que acontecia no hemisfério, que os militantes saíram da zona confortável de desconsiderar o assunto da igualdade feminina e passaram a questionar a literatura marxista pela ignorância que revelava a respeito do papel da mulher, tanto na mudança social como na

nova sociedade sem classes,⁵ sempre postergando a discussão para momento mais oportuno.⁶

A década de 1980 ofereceu ao Brasil um cenário de mudanças políticas e econômicas que permitiram consolidar o novo papel feminino em nossa sociedade. O clamor por democratização e acesso a direitos civis fez com que setores da sociedade se propusessem a repensar a postura que tinham diante do processo de profissionalização feminina, o que possibilitou que a ideia de igualdade de direitos entre homens e mulheres passasse a ser discutida em maior escala. É neste cenário que se inicia, no Brasil, o processo foco deste artigo: a incorporação feminina às Forças Armadas. No entanto, cabe dizer que este não foi o único fator que favoreceu esta inclusão.

Para isto, concorreu, também, o desinteresse por parte dos homens, pertencentes às elites sociais, pelo ingresso na carreira militar. Diante do desgaste que as mais de duas décadas de governo burocrático-autoritário provocaram na imagem da profissão castrense, no início da década de 1980, outras áreas de atuação, em particular aquelas relacionadas à revolução tecnológica então em curso, tornaram-se mais atraentes para estes setores da sociedade. Frente a esta realidade, as vagas remanescentes foram franqueadas às mulheres. Não se pode olvidar que a década de 1980 foi chamada, pelo baixo crescimento econômico combinado com alta inflacionária, de “década perdida”. O desemprego atingiu particularmente os homens chefes de família, pois representavam os postos médios qualificados (gerência e administração), tendo estes sido assumidos pelas mulheres, pois igualmente qualificadas, mas com menores exigências de remuneração.

A nova realidade apontava também para a crescente valorização do indivíduo e, logo, de seus projetos pessoais. Nesse contexto, a inserção da mulher

5 Interessante observar que a famosa frase de Karl Marx “a opressão da mulher começou pela opressão da mulher pelo homem” não vai mais além, nos escritos do autor, da busca de explicação para a divisão social do trabalho que sustenta os diferentes sistemas econômicos. Mesmo no trabalho de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, no qual o autor se alonga sobre a evolução da divisão do trabalho, que se iniciara com a divisão sexual do trabalho, nada se informa sobre a superação dos papéis impostos a cada um pela sociedade. Em todos esses estudos, o pouco que se informa leva a crer que as diferenças de gênero seriam superadas com a superação das classes, como por encanto. A respeito da temática, consulte-se Quartim de Moraes, Maria Lygia (2000). *Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças*. Revista *Crítica Marxista*, Campinas-SP, v. 11, p. 89-97.

6 Sobre a (não) discussão pelos movimentos de esquerda no Brasil, entre a vasta literatura a respeito, merece destaque, de FERREIRA, Elizabeth F. X. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

no mercado de trabalho é vista como mecanismo essencial para assegurar-lhe autonomia financeira e social.⁷ Somando a esta constatação a percepção de novas atitudes de gênero da sociedade, cria-se, então, a possibilidade de ocupação de postos de trabalho “masculinos” como uma opção a ser considerada pela parcela feminina da sociedade.

É interessante perceber que, neste processo, no qual se vinculam satisfação de reivindicações sociais e atendimento de necessidades institucionais, o resultado é visto como socialmente vantajoso. Mesmo em situações nas quais as mulheres ocupam postos desprestigiados para os homens – o que normalmente resulta em diminuição dos salários pagos – a percepção social desta ação é positiva, pois configura-se um processo de avanço na individualização e na valorização dos projetos pessoais femininos, o que antes não era possível.

Foi no bojo das mudanças que o regime burocrático-autoritário se impunha que foi criado,⁸ em 1980, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, que formava pessoal para exercer atividades técnicas e administrativas. Nesse sentido, em boa medida a forma de entrada das mulheres na Marinha reforçava os velhos papéis reservados ao gênero feminino: de secretárias, enfermeiras, babás, etc. Da mesma forma que as civis que estiveram presentes na vida militar, as novas mulheres que ali se apresentavam, se usavam um uniforme que as incluía ao meio castrense, o faziam exatamente como coadjuvantes, jamais como iguais.

O mesmo caminho foi seguido pela Força Aérea, que franqueou acesso às mulheres em 1982, e muito mais tarde, pelo Exército, que as incorporou 10 anos depois, em 1992. Em ambos os casos, elas ascenderam a esta nova profis-

7 Cabe destacar o fato de que o trabalho feminino permite que a mulher circule em um número maior de esferas sociais. Esta mobilidade permite uma expansão de sua rede de relações e um conseqüente aumento dos contatos com diferentes experiências. Isso resulta em uma percepção maior de sua individualidade e numa elaboração melhor de seus projetos pessoais. De acordo com Velho, “quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relações ao nível do seu cotidiano, mais marcada será sua autopercepção de *individualidade singular*”. VELHO, Gilberto (1999). *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.32 (grifos no original).

8 Uma hipótese explicativa para a abertura das forças armadas às mulheres justamente no final do governo dos militares está na tentativa de “suavizar”, “abrandar” o próprio regime aos olhos públicos, pois este vinha sendo acusado por seus atos ferozes, como prisões e torturas. Essa explicação acompanha aquelas que indicavam uma abertura de vagas maior nas polícias militares justamente quando se apresentavam denúncias contra essas mesmas polícias. Embora mereça ser lembrada, esta vertente explicativa não será aqui trabalhada. Para detalhes, consulte-se MATHIAS, op. cit., passim.

são para realizar tarefas tradicionalmente franqueadas às mulheres: secretárias, professoras, cozinheiras, etc. Nas três forças, embora podendo, como provou a comandante Dalva, chegar aos postos de generalato, não lhes seria possível assumir o comando de nenhuma das três Forças, pois não podiam servir nas armas combatentes.⁹

Em resumo, é sob o duplo signo de crise econômica e democratização política que boa parte das forças armadas latino-americanas abrem suas portas às mulheres, dando uma nova marca à década de 1980, não apenas aquela das conquistas democráticas, mas também de maior liberdade e protagonismo num campo até então fechado às mulheres, aquele que constitui o próprio cerne da política: o fazer parte de seu instrumento de violência legítima.

Enfatize-se, pois, que não foi por acaso que a incorporação da mulher às Forças Armadas aconteceu neste período. Os fatores que explicam essa incorporação, conforme vários estudos mostram, estão intimamente relacionados com democracia e crise, esta última não necessariamente econômica. É por isso que a primeira incorporação acontece na Dinamarca em 1946, logo após o término da Segunda Guerra, enquanto que Portugal e Espanha só o fazem em 1988, após vencerem suas ditaduras e reformar suas estruturas políticas e econômicas.

III-

Como mencionado, a incorporação das mulheres às forças armadas não foi precedida da revolução na percepção de papéis sociais representados pela adoção de posturas de igualdade de gênero. Ao contrário, foi muito mais por mudanças políticas e econômicas do que por mudanças socioculturais que a mulher adentrou aos quartéis, razão pela qual as que realmente foram incorporadas como militares, o foram na arma de intendência – caso da Força Aérea. Como várias manifestações o demonstram, a percepção sobre as mulheres não tinha se transformado a ponto de vencer as mentes

9 A Lei não proíbe que um oficial da Intendência ou das Comunicações chegue ao posto mais alto da carreira e possa, por isso, assumir o comando da força. No entanto, não conhecemos nenhum oficial superior que tenha chegado ao máximo na carreira na ativa que não pertencesse às Armas combatentes. A cultura interna, como se sabe, é tão importante quanto as normas que regem instituições fechadas para a formação e ascensão de seus membros. Ademais, neste primeiro momento, às mulheres foi aberto espaço como quadros auxiliares e complementares e, portanto, não pertenciam propriamente às Forças Armadas.

conservadoras que dirigem as instituições, mormente aquelas como as Forças Armadas, que por sua própria natureza fechada, quase hermética, além de próprio da profissão – manutenção da ordem –, são intrinsecamente conservadoras.¹⁰

Como também já observado, na sociedade latino-americana, marcada pelo patriarcado e catolicismo, a instituição militar foi desde o nascimento dessas nações proibida para as mulheres, ainda que elas tomassem parte nas batalhas, muitas vezes representando o papel de grandes motivadoras da ação dos exércitos. Contudo, essa participação sempre aconteceu pela ausência, isto é, os quartéis nos quais se forja o verdadeiro *ethos* militar estava fechado para a presença feminina. A mulher não podia ser combatente e só se apresentava na batalha travestida. Sua única função era a de auxiliar na retaguarda, seja como enfermeira seja como secretária, funções sempre menores do que aquele que comanda, seja o escritório ou o hospital. Não sem razão até hoje quando a maioria das forças armadas ocidentais, e mesmo movimentos guerrilheiros como os suicidas islâmicos, aceitam mulheres e permite-lhes ascender a postos de comando, ainda há um sinal de que essas mulheres são diferentes, são quase másculas.

Essa imagem da mulher, isto é, que ela deixa de ser mulher quando assume papéis reservados aos homens, fundamenta-se na ideia de que gênero é um fator biológico e, portanto, justifica a desigualdade na divisão social do trabalho. Se essa crença é difundida sobremaneira na sociedade ocidental, o é ainda mais no meio castrense. O preconceito contra a mulher não aparece apenas nas legislações que limitam seu acesso a postos ou armas; ele está igualmente presente na forma como a mulher é vista tanto por seus pares na caserna quanto por seu círculo social, e até mesmo por si própria.

Gênero, e até mesmo sexo, é uma construção social que ainda não foi superada. Conforme Del Priore, cada época tem, em função de suas crenças, uma visão sobre o sexo que embasa ou reforça a atribuição de papéis sociais. Assim, no século XVI, para explicar a inferioridade da mulher relativamente ao homem, afirmava-se que

10 Compartilhamos aqui a visão muito bem expressada por Oliveiros Ferreira, que compreende que os militares são formados para perceberem-se a si próprios como o mais representativo da nacionalidade de um país, pois cabe a eles defender a nação e a integridade territorial do Estado. Desse ponto de vista, o papel do militar, aquilo que a sociedade espera do profissional das forças armadas, é conservar a realidade que se lhe apresenta a sociedade. Para uma discussão pormenorizada, consulte-se FERREIRA, Oliveiros S. (2000). *Vida e morte do partido fardado*. S.P., Ed. SENAC.

(...) a vagina era considerada um pênis interior; o útero, uma bolsa escrotal; os ovários, testículos, e assim por diante. (...) Alberto, o Grande, por exemplo, revelava que tanto o útero quanto o saco escrotal eram associados à mesma palavra de origem: “bolsa”, “bursa”, “bource”, “purse”. Só que, no caso do órgão masculino, a palavra tinha também um significado social e econômico, pois remetia à bolsa, lugar de conagraçamento de comerciantes e banqueiros. Lugar, por conseguinte, de trocas e ação. No caso das mulheres, o útero, no entanto, era chamado “madre ou matriz” e associado ao lugar de produção: ‘as montanhas são matrizes de ouro!’ Logo, espaço de espera, imobilidade e gestação.¹¹

Como mostra o exemplo, a própria anatomia sugeria que o espaço da rua, da guerra, da coisa pública era destinada aos homens; enquanto às mulheres cabia o lar, o espaço privado e doméstico. Se a medicina evoluiu, mostrando que as diferenças anatômicas não determinam aptidões ou formas de pensar e sentir diferentes, até hoje se assiste a grandes debates entre a psicologia (ou as ciências médicas) e a sociologia (ou as ciências sociais) sobre o que e até que ponto determina o comportamento social. O resultado tem sido, entretanto, o mesmo: se anatomia física não pode ser evocada, há outras formas de revelar diferenças “naturais”, como a forma de pensar, a origem do pensamento no cérebro, as formas de processar sinapses. O interessante é que, diferente dos animais, por exemplo, os seres humanos não têm o mesmo comportamento, independentemente da latitude ou temporalidade na qual ele se localiza.

Quando da incorporação das mulheres às Forças Armadas brasileiras, essa visão estereotipada de gênero foi a que prevaleceu, como pode ser notado pela fala do ex-ministro da Marinha brasileira, Mário César Pereira, que acredita ser “de ordem física” o que impede a mulher de ser militar: “Há justificativas de ordem física [...] Dentro de um navio há coisas pesadíssimas a serem feitas. Por exemplo, tem que fazer o escoramento com toras de madeira enormes. A mulher não ia agüentar [...]”. Também o comportamento masculino é visto pelo Almirante como condicionado biologicamente, como se o papel desempenhado pelos homens não fosse escrito pela sociedade em que ele vive. Assim, o ingresso da mulher nas Forças exigiu que se adotassem algumas precauções: “[...] Por exemplo, para a ventilação do banheiro [feminino], botei um vidro

11 DEL PRIORE, Mary (2011). *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo, Ed. Planeta, p. 33.

escuro que não é transparente, se não ia ter gente [homens] espiando. Isso é natural.”¹²

Outros relatos apontam para outro fator de discriminação, que é o “sentimento de proteção” que as mulheres despertariam nos soldados, prejudicando o desempenho dos homens na guerra, ou a incompatibilidade entre atividade bélica e biofísica feminina.¹³ Para repetir o acima citado, o mesmo Almirante Pereira, afirmava que

[...] Quando tinha que suspender [colocar em serviço] um navio, nunca perguntei a um marinheiro, a um oficial meu, se o filho estava com febre, se a mulher estava doente. Íamos embora, passar 10, 30 dias fora. Eu posso fazer isso com uma mãe? Não posso. É diferente (...) E se tiver que morrer, é preferível morrer o homem do que a mulher.¹⁴

As novas formas assumidas pela guerra, muito mais dependentes da tecnologia e também muito mais brutais, mostraram que a própria proteção das mulheres, como sugeria colocá-las em postos de retaguarda, responsabilizando-as exclusivamente pela logística e lhes negando treinamento nas armas de combate, colocou em xeque a organização dos exércitos. No que tange ao papel reservado às militares, como as forças armadas estadunidenses puderam experimentar, seu comportamento tornava-as alvo fácil e colocava em perigo a própria batalha.¹⁵ Foi o que se verificou na primeira guerra do Golfo (1990) e se comprovou nas batalhas travadas pela OTAN na região dos Bálcãs (1999-2001).¹⁶

12 Citado por D'ARAUJO, Maria Celina (2004). Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In Castro, Celso et. al. (orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, FGV, 2004, p. 445-6, grifos nossos.

13 Em sentido contrário, em texto apresentado no REDES-2003 – Rede de Estudos de Defesa, promovido pelo Centro Hemisférico de Estudos da Defesa (CHDS), mantido pelo governo dos EUA –, a paraguaia Cel. Gladys Ruiz de Pecci, procurava justamente mostrar como as diferenças biológicas não justificam a discriminação feminina. Tais diferenças devem levar à adaptação da atividade àquele que a realizará. Cf. La incorporación plena de la mujer en las Fuerzas Armadas: diferencial psíquico-físico. Pánel 6 (Sociología Militar), III Encontro REDES. Santiago (Chile), out./2003, digit.

14 D'ARAUJO, op. cit., p. 445-6.

15 Alguma informação pode ser obtida em VIEIRA, Marco Antonio Damaceno. Presença feminina das forças armadas. Nota Técnica de Consultoria Legislativa. Brasília, Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/pdf/112264.pdf>, consultado em 10/02/2013.

16 Sobre a participação das mulheres em guerras, na do Kosovo em particular, uma boa introdução é de EADE, Deborah & AFSHAR, Haleh (ed.) *Desenvolvimento, Mulheres e Guerra: perspectivas feministas*. Oxfam (GB), 2004.

Ao mesmo tempo, a necessidade de reconstrução dos países, particularmente nas regiões muçumanas, exigia a presença feminina, pois sempre coube às mulheres, inclusive porque são os adultos que sobram nos lugares que viveram largos períodos de conflito, a reconstrução dos países. Na própria região do Kosovo, com sua população majoritariamente muçumana, as mulheres, vítimas ou não do conflito, sequer dirigiam a palavra aos soldados, pois atos semelhantes poderiam representar mais que a capitulação ao inimigo. Para superar a barreira cultural, a própria ONU necessitou engajar um número maior de mulheres nas suas missões, bélicas ou não, naquela região.

Importa lembrar ainda que já nos anos 1970, a ONU estimulava a igualdade de gênero, como pode ser notado pela adoção do ano internacional da mulher (1975) e os 10 anos seguintes (1976-1986) como a década da mulher. Suas ações, portanto, foram simultâneas às exigências da própria guerra moderna, podendo-se concluir que ambos os fatores estimularam-se mutuamente. Foi ao longo desses 10 anos que a definição de gênero se transformou aos olhos da ONU. No início do decênio, ela entendia a mulher não como sujeito, mas sim como objeto de ações, como a parte passiva da relação entre homens e mulheres, daí adotar políticas relativamente às mulheres que, buscando superar a visão sexista, reforçam estereótipos de gênero. Porém, ao incentivar a criação e a participação de organismos femininos nas suas diferentes instâncias, pouco a pouco a transformação aconteceu e a ONU passou a liderar a luta pela igualdade de gênero.

O Brasil não ficou imune aos novos ventos do exterior, ao mesmo tempo em que internamente a sociedade buscava caminhos alternativos para o desenvolvimento, sendo nosso principal exemplo a Constituição de 1988, não por acaso chamada de Constituição cidadã. Nela está explícito que a discriminação, qualquer que seja ela (de sexo, raça, religião, etc.), é crime e assim será tratada.

Com tais antecedentes, pode-se compreender os motivos para a superação das barreiras de gênero ainda existentes nas forças armadas brasileiras. Assim, em 1998, a Marinha extinguiu o Corpo Auxiliar Feminino e foi permitido que mulheres participassem em missões em navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra, ainda que permaneça o veto à embarcação em submarinos. Na Força Aérea Brasileira (FAB), em 2003, foram matriculadas as primeiras 20 cadetes no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, das quais, em 2006, 11 se tornaram as primeiras oficiais aviado-

ras do país.¹⁷ São estas, portanto, as primeiras oficiais que poderão chegar de fato aos postos de comando, pois oriundas de uma arma combatente. No Exército, apenas em 2012, com a mencionada Lei 12.705, foi aberta a possibilidade de formação de oficiais militares em armas combatentes, mas a força tem cinco anos para fazer cumprir a lei em sua totalidade e, portanto, não se pode ainda avaliar seus desdobramentos.

IV-

As novas regras, permitindo à mulher ser militar em sentido pleno, deveriam ser o resultado de uma mudança na percepção de gênero da instituição militar, pois ao adentrar a academia militar, a cadete passa por um processo de socialização, que é comum a todos os aspirantes, e que tem como objetivo inculcar-lhes valores tidos como essenciais para a formação, dignificação e distinção de um militar. Dentre estes preponderam os princípios da hierarquia e da disciplina, que são tidos como constitutivos ou fundamentais para a existência e manutenção das Forças Armadas. Neste processo os alunos também são levados a desenvolver o chamado “espírito de corpo”, que pode ser definido como um sentimento de companheirismo e solidariedade que deve acompanhá-los e ampará-los ao longo de toda a carreira militar. Ao longo desta, o espírito de corpo se traduz, também, em apego e zelo por toda a instituição castrense.

O processo de socialização dos cadetes também envolve a aquisição de outros valores morais que deverão nortear suas ações dentro e fora da academia. Oliveiros Ferreira considera que a busca destes valores é orientada pela “ideia predominante” de honra,¹⁸ que deve acompanhar o militar e promover condutas que o levem a ser considerado digno do oficialato e da defesa da Pátria. Atributos complementares e necessários para o exercício da conduta honrosa seriam seriedade, profissionalismo, competência, maturidade, disciplina e ordem.¹⁹ Tais valores devem resultar em “conduta moral e profissional irrepreensíveis”, conforme estabelece o Estatuto dos Militares em seu Título

17 BAQUIM, Cristiane Aparecida. Mulher e Piloto: o caso das pioneiras da aviação militar no Brasil. p.03 e 05. Disponível em <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Cristiane%20Baquim%2002-08-07.pdf>>. Acesso em 29.01.2013.

18 FERREIRA, op. cit., p.26.

19 CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.44.

II, Capítulo I, Seção II, que versa sobre os deveres militares relacionados à ética. São, portanto, valores cuja busca é incentivada e que as cadetes deverão internalizar.²⁰

Deve-se considerar também que o processo educacional pelo qual passam os cadetes utiliza e reforça algumas das características valorizadas no processo de socialização masculina, tais como a força, o exercício da liderança e a capacidade de domínio. Estas características são socialmente percebidas como “naturalmente” pertencentes ao universo masculino e como estando ausentes do universo feminino. Logo, a mera aceitação das mulheres como cadetes não deve levar a crer que se aceitou que o caráter destas seja semelhante aos do mundo masculino.

É essa a razão pela qual as dificuldades encontradas quando as mulheres chegaram aos quartéis como auxiliares foram ainda mais exacerbadas quando foram, às vezes por iniciativa própria (caso da Aeronáutica) alçadas à categoria de soldados plenos. Assim, ao adentrarem no mundo militar, as cadetes depararam-se com uma série de dificuldades, estranhamentos e desconforto na convivência com seus pares masculinos. Tendo como referência os estereótipos de gênero aceitos na sociedade e os valores militares associados às características masculinas, há uma percepção, por parte dos cadetes, de que as mulheres

20 Interessa frisar que à medida que estes valores são internalizados pelos cadetes e passam a orientar suas ações, tem início um processo de diferenciação e afastamento do militar do mundo civil. Os valores acima citados começam a ser percebidos pelos futuros militares como opostos às características comumente observadas nos meios civis. Aos civis corresponderiam: falta de seriedade, de profissionalismo, de competência, imaturidade, indisciplina e desordem. Desta diferenciação deriva a distinção claramente perceptível na caserna entre “nós-militares” e “eles-civis”. Nesta relação os militares aparecem “classificados” em melhores patamares, quer dizer, são considerados detentores de melhores condições morais que os civis. De acordo com Castro, outros atributos morais percebidos pelos cadetes “reforçam e ampliam aquela fronteira (entre “nós-militares” e “eles-civis”): o senso de honestidade e “retidão” de caráter; a preocupação com causas “nobres e elevadas—Pátria, Brasil (...); o “espírito de renúncia” e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia”. Para Ferreira, esta distinção acontece porque os civis orientam-se e estão submetidos apenas às leis nacionais, que regulam o que é legalmente aceito. Ao contrário, os militares se orientariam não só pelas leis nacionais, mas também, por normas próprias – como, por exemplo, o Estatuto dos Militares, anteriormente citado – aplicáveis apenas aos membros da instituição, que regulam não o que é legal, mas o que é moralmente aceitável. Resulta desta distinção, em termos comparativos, que os militares estariam moralmente em melhor posição – não compreendendo como, no mundo civil, por vezes, o imoral pode ser considerado legal. CASTRO, Id., Ib.; e FERREIRA, *op. cit.*, p.26.

estavam ocupando um espaço que não lhes pertencia, sendo sua presença vista como prejudicial.²¹

De acordo Takahashi, que avaliou a formação das primeiras oficiais indistentes da Força Aérea Brasileira, a princípio, os cadetes consideravam que as mulheres “amolecem” o ambiente, são mais competitivas, mais difíceis de se doutrinar, não conseguem se impor quando no comando, “brincam” de fazer educação física, recebem tratamento diferenciado, são “acochambreadas”, “pegam só boca-rica”²² e apresentam menos espírito de corpo do que os homens”.²³ Percebe-se nestas manifestações que as características femininas são destacadas como negativas para a convivência e passíveis de serem utilizadas em desfavor dos homens. Em última instância, as cadetes se aproximariam do estereótipo da mulher manipuladora, aquela que seduz, causa intriga e utiliza de suas potencialidades para o autofavorecimento.²⁴ Este estereótipo é comumente ligado à corrupção do ambiente no qual esta mulher é introduzida. Neste sentido, as mulheres perturbariam a paz e o bom andamento das atividades de treinamento.

Sendo assim, para os cadetes, era necessário que as cadetes tivessem ou demonstrassem características percebidas como inerentes ao sexo masculino, caso contrário, não se sairiam bem nos exercícios militares ou não poderiam atuar em postos de comando. A carência destas “qualidades” nas mulheres era utilizada como argumento para desaprovar a participação feminina. Esta reprovação pode ser percebida nas palavras de um cadete da Infantaria:

- 21 Utilizaremos aqui o caso da Academia da Força Aérea (AFA, Pirassununga), conforme estudo de TAKAHASHI, Emília Emi (2002). Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar. Tese de Doutorado em Educação defendida sob orientação de Salvador A. M. Sandoval). Faculdade de Educação, UNICAMP, digit.
- 22 Acochambar: verbo utilizado quando alguém faz vista grossa a um comportamento inadequado, utiliza-se também acochambrado/a para se referir a alguém que faz corpo mole nas atividades.
Pegar boca-rica: participar em eventos comemorativos fora da academia, tais como festas e jantares. TAKAHASHI, Emília Emi. *Op. cit.*, p.108.
- 23 *Id.*, p.196.
- 24 A primeira imagem que vem à cabeça nos casos de introdução do feminino em cenários eminentemente masculinos, é a de Eva/serpente ou de Lilith, que corrompe o meio em que se encontra se insiste em mostrar-se como é, como fêmea. Já travestida, como o caso de Diadorin no romance de Graciliano Ramos, é aceita e elogiada enquanto se esconde atrás do que é considerado “normal”, que é o homem, mesmo jovem e imberbe, que sai para lutar pelos seus direitos, inclusive pela “honra” de sua família (mulheres, filhas e irmãs). No entanto, quando se nota o “disfarce”, cabe o castigo ao transgressor, como no caso de Joana D’Arc, acusada, ao final, de bruxaria, pagando com a vida por sua “transgressão”: lutar a guerra, coisa de homem. Ilustrativo a respeito é STEARNS, Peter N. (2007). *História das relações de Gênero* (Tradução de Mirna Pinsky). SP, Ed. Contexto.

Eu conversava muito com o pessoal do 4º ano [de um esquadrão só de homens] e todos concordavam que houve um amolecimento do militar aqui após a entrada das mulheres. Tem coisas que a gente tem que mexer com os brios do homem pra ele fazer alguma coisa, provocar situações de *stress*, forçar o indivíduo, e com a mulher diminuiu essa carga sobre o homem, essa pressão. E não é bom pra se cumprir o objetivo da Força, vamos ser práticos, numa situação real, de combate, um intendente chega pra um soldado e fala pra ele – eu quero que você faça um “lanço” daqui até aquela cratera ali e o soldado vai ver que ali tem tiro, que é difícil; ou o aviador chega na sala de *briefing* e planeja que a missão vai ter que ser assim, assado e o guerreiro vê que naquelas situações ele vai estar correndo muito risco de vida (sic.). Então existem coisas que o mais antigo diz pro mais moderno pra mexer com os brios dele pra ele fazer aquilo (...) Com a presença da mulher, ela não vai poder fazer a mesma coisa que eu posso fazer, e ela vai ter os mesmos méritos que eu? Existem muitas coisas físicas que [impedem] a mulher [de fazer], não dá pra fazer (...)²⁵

Percebe-se pelo depoimento a contraposição das características tidas como femininas e masculinas dentro dos estereótipos de gênero vigentes. As mulheres foram identificadas com amolecimento e incapacidade física; os homens com capacidade de suportar pressão e com potência. Esta oposição justificaria o fato dos homens ocuparem as posições de comando, para as quais estariam “naturalmente” preparados. Os postos que necessitassem de orientação e obediência deveriam ser ocupados pelas cadetes que, por sua “fragilidade” e “debilidade”, estariam melhor colocadas neles. Esta percepção é confirmada por outro infante: “Em termos de liderança, a mudança não foi tão positiva, porque o pessoal não gosta de abaixar a cabeça pra mulher, só que em termos de trabalho aqui dentro, as mulheres são mais caprichosas”. Apesar de “caprichosas” em seus estudos e trabalhos, as cadetes foram vistas como pouco capacitadas para as posições de comando e por isso mesmo, a obediência a elas não seria legítima. Pode-se considerar que esta situação foi percebida pelos homens como uma inapropriada inversão de papéis, o que os deixaria pouco confortáveis.²⁶

25 TAKAHASHI, *op. cit.*, p.197.

26 Em contrapartida, mesmo que contrariados, as ordens dadas por mulheres seriam acatadas, pois ainda que possam ferir a concepção de papéis sexuais dos receptores (homens), estas ordens estão inseridas num contexto maior do respeito aos princípios da hierarquia e disciplina que sustentam a norma e o comportamento do soldado. Assim, o constrangimento pessoal de “subordinar-se” a uma mulher não poderia ser maior que o de sentir-se “paisano” (o outro civil), que representaria o não respeito à ordem dada.

Para além das primeiras impressões sobre a entrada das mulheres na profissão militar, a percepção sobre o efetivo exercício das atividades no ambiente de trabalho teve evolução positiva. Isso é sugerido pelos depoimentos resultantes de entrevistas realizadas pela historiadora Maria Cecília Oliveira Adão junto ao pessoal do Exército, no Centro de Comunicação Social do Exército (CECOMSEX), em 2008. Nos exemplos que se seguem, pode-se averiguar dois grupos com diferentes percepções em relação à incorporação feminina no Exército. O primeiro é o das mulheres que não trabalham na Força ou dos maridos que tem esposas nesta situação. Embora nem todas as falas sejam explícitas, elas apontam que, pelo menos em um primeiro momento, houve preocupação em relação ao convívio de homens e mulheres no ambiente de trabalho. Quando questionados se a incorporação feminina trouxe alguma alteração no relacionamento instituição-esposa, um coronel – portanto, alguém que chegou ao oficialato sem compartilhar o trabalho com mulheres – diz:

Não. Absolutamente não. As mulheres quando entram no Exército (...), elas entram como profissionais. São tratadas como profissionais e quando há algum problema qualquer de uma relação além daquela esperada do local de trabalho, existem normas, regulamentos que sinalizam e que muitas vezes punem as pessoas que não respeitam o local de trabalho. Então, isso é um aspecto importante. Quanto ao aspecto das mulheres, das esposas dos militares. As esposas quando conhecem, elas imaginam que algum tipo de motivação pode existir. (...) de modo geral, depois de conhecerem algumas militares, vai naturalmente vindo, como no meio civil, as pessoas trabalham sem problema nenhum.

Percepção semelhante é expressada por uma esposa de oficial médio: “Eu acredito que [a entrada de mulheres na Força] não [representa mudança de comportamento]. Eu respondo muito assim por mim. Por que eu já trabalhei fora e tudo. Como em todas as outras profissões existe sempre a presença da mulher, não vejo motivo para não ter a mulher dentro do Exército Brasileiro.”

Já um capitão que, por ser um oficial menos antigo, não conheceu o Exército sem a atuação feminina, diz:

Eu acho que houve uma mudança [com o ingresso] das mulheres. Eu sou de uma das primeiras turmas que teve mulheres e eu cito o exemplo que aconteceu na minha turma. A gente, durante a Escola, tirava serviço

como se fôssemos soldados e no primeiro serviço o pessoal estava acostumado a escalar só homem.²⁷ Escalaram novamente homem com mulher. Só que o serviço é em torno de 22 pessoas, então todo mundo fica lá. No dia seguinte, as esposas estavam lá dentro, reclamando com o comandante sobre “que absurdo era aquele que tinha posto homens e mulheres para dormirem juntos no mesmo lugar”. No serviço a gente passou despercebido, mas as esposas que estavam fora, ficaram horrorizadas, pois como é que o marido dela havia dormido com uma mulher?

O detalhe desta fala é que a preocupação não foi com as “diferenças” da companheira de trabalho (no serviço, a gente passou despercebido), mas sim da família, de como as esposas reagiram (como o marido delas dormiria no mesmo lugar que outra mulher?). Assim, como já mencionado no início, na maior parte das vezes, a cobrança pela manutenção dos mesmos papéis vem daqueles que deveriam ser os primeiros a buscar superá-la. Como pensar, por exemplo, em separar homens e mulheres no teatro de operações? E mesmo que os batalhões pudessem ser divididos por sexo, como manter tal divisão no campo de batalha?

Em contrapartida, a mesma fala do capitão enfatiza que o estranhamento relativamente à presença feminina foi no início da incorporação, rapidamente superado. Nota-se que o argumento para tanto, aparente na fala da esposa do coronel e do próprio capitão, é a comparação com o ambiente civil, no qual homens e mulheres trabalham juntos sem necessariamente se envolverem emocional ou sexualmente. No entanto, neste caso, se a assimilação da presença feminina é naturalizada, o é com prejuízo, ainda que inconsciente, para o espírito de corpo que, como já indicado, está fortemente fincado na diferença entre eu-militar (competente, honesto, altruísta) e o ele-civil/paisano (imoral, desonesto, egoísta).

Há outra forma, mais tradicional, de pertencimento das mulheres às forças armadas, que é o mundo das esposas. A novidade contemporânea é quando esta esposa é também militar.²⁸ Os comentários do universo familiar

27 Tirar serviço significa permanecer no quartel de prontidão, às vezes por mais de 24 horas, o que implica em dormir no próprio local de trabalho.

28 Vale observar que pesquisas exploratórias indicam que o número de casamentos endógenos, ou seja, entre casais de militares, sejam as mulheres pertencentes ao quadro auxiliar ou hoje já das armas combatentes, com homens profissionais das armas, se aproxima de 100%. Seria interessante proceder a uma investigação a respeito, o que não é possível fazer aqui. Se o número de estudos sobre gênero e forças armadas é pequeno, menor ainda é o número de estudos sobre família militar. Entre estes, pode-se citar: ADÃO, Maria Cecília

a respeito da inclusão feminina permitem verificar quais foram as adaptações necessárias à convivência entre os sexos. Conforme informa uma tenente,

Eu estou há pouco tempo [no Exército], mas [tenho] certeza que teve alterações. Desde alterações físicas, porque eu acredito que havia batalhões que não tinham condições de receber mulher, porque não tinham nem banheiro (feminino),²⁹ e até de comportamentos, de como lidar com mulher. Acho que hoje em dia já está bem acabado, bastante, mas eu acho que no começo, as primeiras sofreram mais com essa adaptação.

E seu marido manifesta-se na mesma direção, mas observando que a Força fica mais “flexível” (amolece?):

Isso é impossível não notar. Nenhuma mudança passaria despercebida. E [se] nota que o Exército fica mais flexível. A coisa se torna mais flexível. Você, em todos os aspectos, tem que considerar que a mulher está presente. Desde coisas simples: “como vai ser o banheiro feminino?”, até cuidado com o que você fala, do homem ser mais educado, não falar tanto palavrão. Coisas assim.

E acrescenta, sobre as dúvidas iniciais quanto ao tratamento dado às oficiais, as soluções adotadas e sua evolução:

De [19]94 para [19]95, estavam começando a ver qual seria o tratamento de um homem militar perante uma mulher dentro do Exército. (...)

Oliveira. A mudança na tradição: esposas, comportamento e forças armadas. Tese de doutorado em História defendida sob orientação de Suzeley Kalil Mathias. Franca, UNESP, 2008; CHINELLI, Fernanda. Mulheres de Militares: família, sociabilidade e controle social. Dissertação de Mestrado em Antropologia defendida sob orientação de Gilberto Velho. RJ, Museu Nacional, 2008; RODRIGUES DA SILVA, Cristina. A Casa e o Quartel: uma análise antropológica sobre o Exército e a Família na Academia Militar de Agulhas Negras. Dissertação de Mestrado em Antropologia defendida sob orientação de Piero Camargo Leiner. São Carlos, UFSCar, 2010.

- 29 É interessante destacar que a ideia de que as mulheres precisam de instalações apropriadas foi muitas vezes utilizada para afastá-las de determinadas funções. Também é sabido que até bem pouco tempo nem sempre havia banheiros exclusivos para mulheres e ainda hoje há locais que não há, por exemplo, em aviões e trens. Ainda hoje há quem diga que as mulheres não podem assumir funções de combate ou mesmo ir a missões de paz por motivos semelhantes. Aparentemente, esta é uma discussão já superada nos estudos de gênero, mas a permanência desta questão nas falas mostra que nem sempre o que foi compreendido como superado na teoria o é na realidade.

O Exército virou um pandemônio. Todo mundo ficava preocupado, um Coronel, ou de um Tenente, ou de um Sargento, alguém chamar a atenção de uma militar. Tem que ter uma testemunha perto? “Que se não, vai dizer que é assédio moral, assédio sexual ou coisa assim. Ela vai alegar o quê?” Então o pessoal estava muito preocupado com isso, com a mulher dentro do Exército.

A cada dia que passa, vai evoluindo até o tratamento da instituição. Por exemplo, no início, você via General puxando a cadeira para uma Tenente porque era mulher. Hoje não (...) Você trata como militar. Você vai ver, eu sou o mais antigo daqui da sessão, e pela nossa hierarquia quando tiver uma cadeira, senta o mais antigo. Você vai ver que as meninas ficam de pé, e eu vou sentar, porque nossa estrutura está evoluindo para isso.

Outro casal, de capitães, comenta que a presença feminina na caserna representou a melhora da imagem da instituição perante a sociedade, pois teria havido uma “suavização” ou uma “humanização” do ambiente interno e, logo, da forma da instituição se relacionar com o exterior. Assim, e ao mesmo tempo, maior flexibilidade permitiu o ingresso de mulheres e este representou maior flexibilidade institucional. Diz a capitão:

Mas isso [a incorporação de mulheres] trouxe, principalmente dentro da minha área que é Comunicação Social, uma suavidade nas ações que ele [o Exército] não tinha. Eu acho que a gente trouxe em termos de atendimento ao público, participação em ações sociais do Exército (...) A gente trouxe, digamos assim, uma delicadeza que quebra um pouco a rigidez que todo mundo vê que tem. (...) Então, até mesmo uma mentalidade que o Exército está tentando desenvolver agora é quebrar aquela coisa do passado, um pouco da rigidez e trazer o Exército mais para perto da população. Então, eu acho que o papel das mulheres hoje, a mudança ocorrida, é que a gente ajuda nesse sentido, porque a gente está usando a farda, mas está de brinco, está de batom (...)

Já o capitão, comenta:

Hoje em dia, o que a gente nota é que a mulher, ao entrar no Exército, melhorou muito o trato do próprio militar dentro do Exército. Digamos que estava faltando o lado feminino no Exército.

Diante destes relatos, pode-se afirmar que a presença feminina na caserna acabou por cumprir seu objetivo original, ou seja, contribuiu para que houvesse um reposicionamento da imagem das Forças Armadas e atendeu aos clamores pela ampliação dos direitos das mulheres. No entanto, percebe-se, também, que esta entrada não aconteceu sem sobressaltos e que a superação das dificuldades iniciais ainda não se completou.

Neste sentido, no que se refere à instituição militar, é importante destacar que quando incorporadas, as mulheres passaram a integrar os quadros administrativos e mesmo quando se tornaram parte dos quadros combatentes, permanecem limitadas ao exercício de atividades não ligadas diretamente ao combate – por isso, de menor prestígio –, o que não lhes permitia acesso aos postos de comando. Ficam impedidas de alcançar os níveis mais altos da carreira militar e, dessa maneira, permaneciam limitadas a postos nos quais detinham uma condição de dependência em relação aos homens, sempre seus superiores últimos.

Em síntese, a entrada das mulheres na caserna, tornando-se profissionais militares, não representou a superação das diferenças de gênero. Ao contrário, como tanto as entrevistas como as pesquisas mostram, abrir os quartéis para as mulheres, em especial os brasileiros, foi uma exigência muito mais legal e política que uma reivindicação sociocultural. Sublinhe-se a respeito a atitude da presidenta Dilma Rousseff em assinar a Lei 12.705/2012.³⁰ Pode-se aventar que a falta de publicidade em torno desta medida tenha a ver com a própria resistência do Exército em aceitar mulheres em suas fileiras. Por isso, as atitudes no interior das Forças Armadas foram muito mais no sentido de reforçar que de ultrapassar os estereótipos de gênero. Hoje, mesmo que se possa perceber evolução positiva, ainda permanece muito daquele comportamento que diz que mulher e guerra são universos incompatíveis.

30 Uma sutileza que merece destaque diz respeito à forma de tratamento exigida pelas mulheres na caserna e adotada pela mandatária do país: enquanto Dilma Rousseff exige ser tratada de “presidenta”, corrompendo a língua portuguesa que não admite o feminino para a palavra, na caserna, e desde as primeiras mulheres que a integraram, fizeram questão de serem tratadas com o mesmo título de seus pares homens, sem a flexão de gênero muitas vezes permitida pela gramática. O máximo que é admitido é a colocação do artigo feminino/masculino diante do posto para diferenciar o sexo do militar. Assim, não existe “capitã” ou “generalá”, mas apenas “a capitão”, “a soldado”, “a general”. Segundo depoimentos, tal preferência não foi casual, mas determinada pelo sentido pejorativo sempre emprestado à palavra quando esta assumia gênero feminino.

Suzeley Kalil Mathias é professora livre-docente em ciência política nos cursos de graduação e pós-graduação de História e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pesquisadora do CNPq (PQ 2) e membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), tem desenvolvido pesquisas nos seguintes temas: forças armadas, defesa, segurança internacional, estudos de gênero em segurança e defesa, relações internacionais na América do Sul e educação para a paz. Entre suas publicações, organizou *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas* (Ed. UNESP/FAPESP, 2009), no qual apresenta os resultados de pesquisa em âmbito ibero-americano a respeito a relação entre forças armadas, gênero, guerra e paz.

Maria Cecília Oliveira Adão possui graduação (1999), mestrado (2002) e doutorado (2008) em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Contemporâneo, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Forças Armadas, gênero, família militar. Atualmente é professora do Centro Universitário Claretiano, pólo Batatais.